

# Diário do Legislativo de 18/04/2000

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Anderson Adao - PMDB

1º-Vice-Presidente: José Braga - PDT

2º-Vice-Presidente: Durval Ângelo - PT

1º-Secretário: Dilzon Melo - PTB

2º-Secretário: Gil Pereira - PPB

SUMÁRIO

1 - RELAÇÃO DE DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

2 - ATAS

2.1 - Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

2.2 - Reuniões de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

6 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

7 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

8 - ERRATA

## RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR

### RELAÇÃO DOS DEPUTADOS NO EXERCÍCIO DO MANDATO PARLAMENTAR\*

Adelino Carvalho Lino (PMDB)

\* Adelino de Carvalho

Agostinho Fernandes da Silveira (PL)

\* Agostinho Silveira

Agostinho Patrús (PSDB)

\* Agostinho Patrús

Ailton Paranaíba Vilela (PSDB)

\* Ailton Vilela

Alberto Pinto Coelho Júnior (PPB)

\* Alberto Pinto Coelho

Aldimar Dimas Rodrigues (PMDB)

\* Dimas Rodrigues

Alencar Magalhães da Silveira Júnior (PDT)

\* Alencar da Silveira Júnior

Álvaro Antônio Teixeira Dias (PDT)

\* Álvaro Antônio

Ambrósio Pinto (PTB)

\* Ambrósio Pinto

Amilcar Vianna Martins Filho (PSDB)

\* Amilcar Martins

Anderson Aduino Pereira (PMDB)

\* Anderson Aduino

Antônio Carlos Doorgal de Andrada (PSDB)

\* Antônio Carlos Andrada

Antônio Eustáquio Andrade Ferreira (PMDB)

\* Antônio Andrade

Antônio Genaro Oliveira (PSD)

\* Antônio Genaro

Antônio Júlio de Faria (PMDB)

\* Antônio Júlio

Antônio Roberto Lopes de Carvalho (PMDB)

\* Antônio Roberto

Arlen de Paulo Santiago Filho (PTB)

\* Arlen Santiago

Benedito Rubens Renó Bené Guedes (PDT)

\* Bené Guedes

Carlos Alberto Bejani (PFL)

\* Alberto Bejani

Carlos Welth Pimenta de Figueiredo (PSDB)

\* Carlos Pimenta

Christiano Augusto Bicalho Canêdo (PTB)

\* Cristiano Canêdo

Dalmo Roberto Ribeiro Silva (PSD)

\* Dalmo Ribeiro Silva

Dilzon Luiz de Melo (PTB)

\* Dilzon Melo

Dinis Antônio Pinheiro (PSD)

\* Dinis Pinheiro

Djalma Florêncio Diniz (PSD)

\* Djalma Diniz

Durval Ângelo Andrade (PT)

\* Durval Ângelo

Edson Rezende Moraes (PSB)

\* Edson Rezende

Eduardo Dias Hermeto Filho (PFL)

\* Eduardo Hermeto

Eduardo Gustavo Farnese Brandão (PMDB)

\* Eduardo Brandão

Elaine Matozinhos Ribeiro Gonçalves (PSB)

\* Elaine Matozinhos

Elbe Figueiredo Brandão Santiago (PSDB)

\* Elbe Brandão

Elmo Braz Soares (PPB)

\* Elmo Braz

Ermano Batista Filho (PSDB)

\* Ermano Batista

Fábio Lúcio Rodrigues Avelar (PPS)

\* Fábio Avelar

Francisco Rafael Gonçalves (PSB)

\* Chico Rafael

George Hilton dos Santos Cecílio (PL)

\* Pastor George

Gilberto Wagner Martins Pereira Antunes (PPB)

\* Gil Pereira

Glycon Terra Pinto (PPB)

\* Glycon Terra Pinto

Hely Tarquínio (PSDB)

\* Hely Tarquínio

Irani Vieira Barbosa (PSD)

\* Irani Barbosa

Ivair Nogueira do Pinho (PMDB)

\* Ivair Nogueira

Ivo José da Silva (PT)

\* Ivo José

João Batista de Oliveira (PDT)

\* João Batista de Oliveira

João Leite da Silva Neto (PSDB)

\* João Leite

João Paulo Gomes da Silva (PSD)

\* João Paulo

João Pinto Ribeiro (PTB)

\* João Pinto Ribeiro

Jorge Eduardo Vieira de Oliveira (PMDB)

\* Jorge Eduardo de Oliveira

José Alves Viana (PDT)

\* Doutor Viana

José Castro Braga (PDT)

\* José Braga

José Henrique Lisboa Rosa (PMDB)

\* José Henrique

José Miguel Martini (PSDB)

\* Miguel Martini

José Milton de Carvalho Rocha (PL)

\* José Milton

Luiz Fernando Ramos Faria (PPB)

\* Luiz Fernando Faria

Luiz Menezes (PPS)

\* Luiz Menezes

Luiz Sávio Souza Cruz (PSB)

• Sávio Souza Cruz

Luiz Tadeu Leite (PMDB)

\* Luiz Tadeu Leite

Marcelo Jerônimo Gonçalves (PDT)

\* Marcelo Gonçalves

Márcio Luiz da Silva Cunha (PMDB)

\* Márcio Cunha

Márcio Luiz Murta Kangussu (PPS)

\* Márcio Kangussu

Marco Régis de Almeida Lima (PPS)

\* Marco Régis

Maria José Haueisen Freire (PT)

\* Maria José Haueisen

Maria Olívia de Castro e Oliveira (PSDB)

\* Maria Olívia

Maria Tereza Lara (PT)

\* Maria Tereza Lara

Mauri José Torres Duarte (PSDB)

\* Mauri Torres

Mauro Lobo Martins Júnior (PSDB)

\* Mauro Lobo

Newton de Moraes (PL)

\* Cabo Moraes

Olavo Bilac Pinto Neto (PFL)

\* Bilac Pinto

Olinto Dias Godinho (PTB)

\* Olinto Godinho

Paulo César de Carvalho Pettersen (PMDB)

\* Paulo Pettersen

Paulo Piau Nogueira (PFL)

\* Paulo Piau

Rêmolo Aloise (PFL)

\* Rêmolo Aloise

Rogério Correia de Moura Baptista (PT)

\* Rogério Correia

Ronaldo Canabrava (PMDB)

\* Ronaldo Canabrava

Sebastião Costa da Silva (PFL)

\* Sebastião Costa

Sebastião Navarro Vieira Filho (PFL)

\* Sebastião Navarro Vieira

Wanderley Geraldo de Ávila (PPS)

\* Wanderley Ávila

Washington Fernando Rodrigues (PL)

\*Sargento Rodrigues

Em 17/4/2000

Observação: nome parlamentar indicado por asterisco.

Republicada em virtude do disposto no § 4º do art. 7º do Regimento Interno.

## ATAS

Ata da 11ª Reunião Conjunta da Mesa da Assembléia e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas do dia trinta de novembro de mil novecentos e noventa e nove, comparecem na Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia os Deputados Anderson Aduato, Dilzon Melo, José Braga, Gil Pereira, membros da Mesa da Assembléia; Márcio Cunha, Rêmoló Aloise, Eduardo Hermeto, Olinto Godinho, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, e o Deputado Antônio Júlio, Corregedor. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Anderson Aduato, declara abertos os trabalhos, e é a ata da reunião anterior lida e aprovada. Isto posto, o Presidente informa que a reunião tem por finalidade apreciar os processos de prestação de contas da aplicação dos recursos liberados por esta Casa a título de Subvenção Social, Auxílios para Despesas de Capital e Transferências a Municípios, nos termos do art. 3º, III, da Lei nº 11.815, de 24/1/95, da Deliberação da Mesa nº 1.556, e das demais normas vigentes. Em seguida, os processos são distribuídos aos Deputados Antônio Júlio, Corregedor; Dilzon Melo, relator da Mesa, e Rêmoló Aloise, relator da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, os quais, em conjunto, verificando as prestações de contas, cada um por sua vez, emitem pareceres pela aprovação dos processos das seguintes entidades: Associação Benef. Bom Retiro Rio Negro Al/N/V/N/S/Ines, Associação Comun. Desenv. Distrito São Pedro Caldas, Associação Comun. Rubim, Associação Comun. Várzea Grande, Associação Comun. Vila Campo Alegre, Caixa Escolar Maria Lygia Ribeiro Silva, Caixa Escolar Monsenhor Mário, Conselho Central Itapecerica Ssvp, Federação Associações Comun. Município Peçanha, Prefeitura Municipal Ataléia, Prefeitura Municipal Mendes Pimentel, Prefeitura Municipal Patrocínio, Prefeitura Municipal São Francisco. Submetidos a discussão e votação, são os pareceres aprovados, cada um por sua vez. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Mesa e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para a próxima reunião ordinária, determina que se lave a ata e encerra os trabalhos.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembléia, 23 de março de 2000.

Anderson Aduato, Presidente - Dilzon Melo - José Braga - Gil Pereira - Márcio Cunha - Rêmoló Aloise - Eduardo Hermeto - Olinto Godinho - Antônio Júlio.

ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE OS Vetos ÀS Proposições DE LEI Nºs 14.271, 14.314, 14.309 e 14.329

Às quinze horas e trinta minutos do dia dois de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Glycon Terra Pinto, Antônio Carlos Andrada, Eduardo Daladier e Paulo Pettersen, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Eduardo Daladier, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente e designar os relatores das matérias. A Presidência determina a distribuição das cédulas de votação e convida o Deputado Paulo Pettersen para atuar como escrutinador. Apurados os votos, a Presidência proclama eleito Presidente o Deputado Eduardo Daladier e Vice-Presidente o Deputado Antônio Carlos Andrada. O Presidente declara empossado como Vice-Presidente o Deputado Antônio Carlos Andrada, o qual, por sua vez, declara empossado como Presidente o Deputado Eduardo Daladier, que retorna a direção dos trabalhos, agradece a confiança nele depositada e designa para relator do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.314 o Deputado Paulo Pettersen; do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.329 o Deputado José Milton e dos Vetos Totais às Proposições de Lei nºs 14.309 e 14.271 o Deputado Antônio Carlos Andrada. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, informa que a próxima reunião será convocada por meio de edital, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de março de 2000.

Eduardo Daladier, Presidente - Antônio Carlos Andrada - José Milton - Antônio Andrade.

ATA DA 33ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE

Às nove horas e trinta minutos do dia trinta de março de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Edson Rezende, Carlos Pimenta, Jorge Eduardo de Oliveira e Luiz Tadeu Leite, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Edson Rezende, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Carlos Pimenta, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente solicita ao Deputado Carlos Pimenta que proceda à leitura da correspondência e informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre o Programa de Ações de Combate às Carências Nutricionais em Minas Gerais. A seguir, passa a palavra ao Deputado Carlos Pimenta, autor do requerimento que motivou a reunião, e logo após à Sra. Maria Beatriz Monteiro de Castro Lisboa, Coordenadora do Programa de Ações de Combate às Carências Nutricionais, para que faça sua exposição. Às 10h40min, a Presidência suspende a reunião para atender a solicitação de votação no Plenário. Às 11h10min, são reabertos os trabalhos, e a Presidência inicia a discussão. Participam do debate todos os parlamentares presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Edson Rezende, Presidente - Carlos Pimenta - Cristiano Canêdo - Pastor George.

ATA DA 1ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE A Proposta de Emenda à Constituição nº 35/2000

Às nove horas e trinta minutos do dia quatro de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Dalmo Ribeiro Silva e Dimas Rodrigues, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Dimas Rodrigues, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente, Deputado Mauro Lobo, informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação do parecer sobre a proposição sujeita à apreciação do Plenário da Assembléia. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva, relator da matéria objeto de análise desta Comissão, solicita prazo regimental, pedido que é deferido pelo Presidente. A seguir, passa-se a 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. O Deputado Dalmo Ribeiro Silva apresenta requerimento em que solicita a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para que se realize um debate, a fim de subsidiar a elaboração de seu parecer, com os seguintes convidados: o Gen. Carlos Patrício Freitas Pereira, Secretário de Recursos Humanos e Administração; Sra. Misabel Derzi, Procuradora-Geral do Estado; Sr. Márcio Decart de Moura, Procurador-Geral de Justiça; Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG; Sr. Renato Barros, da Coordenação Sindical; Sr. Domingos Sávio Mendonça, representante da Associação dos Oficiais da PMMG e do BM; Sra. Edilane das Graças Andrade, do SINJUS; Sr. Sebastião Soares da UNSP; Adilson de Brito, representante dos funcionários da ALEMG; Sra. Regina Moura Araújo, do DER-MG; Sra. Mirian Souza Pinto Alvarenga, do SIMA; Sra. Sandra Margareth, do SERJUSMIG, e o Sr. Sebastião Catarino do SINDIPÚBLICOS. Colocado em votação, é o requerimento aprovado. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião extraordinária, conforme edital a ser publicado, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Mauro Lobo, Presidente - Dalmo Ribeiro Silva - Dimas Rodrigues.

ATA DA 29ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Às dez horas e quinze minutos do dia quatro de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Mauro Lobo, Eduardo Hermeto, Rêmo Aloise e Ailton Vilela (substituindo este ao Deputado Miguel Martini, por indicação da Liderança do PSDB), membros da supracitada Comissão. Também está presente o Deputado Márcio Kangussu. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Mauro Lobo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Eduardo Hermeto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Na oportunidade, o Deputado Eduardo Hermeto apresenta requerimento solicitando seja apreciado em primeiro lugar o parecer sobre o Projeto de Lei nº 29/99. Em votação, é o requerimento aprovado. Em seguida, o relator, Deputado Rêmo Aloise, emite o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 29/99, mediante o qual conclui pela aprovação da matéria na forma do vencido em 1º turno. Colocado em discussão e votação, é o parecer aprovado. Em seguida, a Presidência verifica a ausência de "quorum" para a continuidade dos trabalhos, agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 11 de abril de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmo Aloise - Eduardo Hermeto - Olinto Godinho.

#### ATA DA 2ª REUNIÃO Extraordinária da comissão especial para emitir parecer sobre a proposta de emenda à constituição nº 33/2000

Às quatorze horas e trinta minutos do dia cinco de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Paulo Piau, Márcio Kangussu e Cabo Morais, membros da supracitada Comissão. Registra-se a presença dos Deputados Sargento Rodrigues e Elaine Matozinhos. Na ausência do Presidente, Deputado Antônio Júlio, o Deputado Cabo Morais assume a direção dos trabalhos e, havendo número regimental, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Márcio Kangussu, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros presentes. Prosseguindo, a Presidência informa que a reunião se destina a ouvir o Cel.PM Severo Augusto da Silva Neto, Comandante do Policiamento da Capital; o Cabo PM Adalberto dos Santos Valadares, Presidente do Centro Social de Cabos e Soldados; o Maj.PM Domingos Sávio de Mendonça, Presidente da Associação dos Oficiais, Policiais e Bombeiros Militares; e os Srs. Newton Ribeiro de Carvalho, Superintendente-Geral da Polícia Civil; Luiz Flávio Saporì, Pesquisador Pleno da Fundação João Pinheiro, e Mauro Ribeiro Lopes, Secretário da Segurança Pública, que se faz representar pelo Sr. Márcio Barroso Domingues, Secretário-Adjunto da mesma Secretaria. O Presidente registra a presença do Cel.PM Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da PMMG, e passa a palavra ao Deputado Paulo Piau, autor do requerimento que motivou esta reunião, para suas considerações iniciais. Com a palavra, a Deputada Elaine Matozinhos também faz suas considerações, uma vez que precisaria se ausentar. Em seguida, a Presidência registra a presença do Deputado Antônio Carlos Andrada e passa a palavra aos convidados citados, que fazem suas exposições sobre o objeto da Comissão. Neste momento, comparece ao recinto o Deputado Antônio Júlio, que assume a Presidência e transforma a reunião em audiência pública. A seguir, o Presidente concede a palavra ao público presente, seguindo-se amplo debate entre os convidados e Deputados presentes, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e convidados, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2000.

Cabo Morais, Presidente - Antônio Carlos Andrada - Paulo Piau.

#### ATA DA 1ª REUNIÃO Especial da CPI do Fundo SOMMA

Às quinze horas e quinze minutos do dia cinco de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Rêmo Aloise, Ivo José, João Paulo, José Milton, Luiz Fernando Faria e Eduardo Brandão (substituindo este ao Deputado Márcio Cunha, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente "ad hoc", Deputado Rêmo Aloise, declara aberta a reunião e informa que não há ata a ser lida, por se tratar da primeira reunião da Comissão, que se destina a eleger o Presidente e o Vice-Presidente, a designar o relator e a fixar dia e horário de funcionamento das reuniões ordinárias da Comissão. A seguir, o Presidente determina a distribuição das cédulas de votação, devidamente rubricadas, e convida o Deputado Luiz Fernando Faria para atuar como escrutinador. Realizada a votação, o escrutinador anuncia que foi eleito Presidente o Deputado Rêmo Aloise e Vice-Presidente o Deputado Ivo José, ambos com seis votos. Ato contínuo, o Presidente "ad hoc" proclama o resultado da eleição e declara empossado o Vice-Presidente, a quem passa a Presidência. O Deputado Ivo José, Vice-Presidente, dá posse ao Deputado Rêmo Aloise e retorna a ele a direção dos trabalhos. O Presidente agradece a confiança nele depositada e designa o Deputado João Paulo como relator da Comissão. A seguir, sugere aos parlamentares que as reuniões ordinárias sejam realizadas às quintas-feiras, às 9h30min, o que é acatado pelos membros da Comissão. Ato contínuo, o Presidente esclarece aos Deputados que a Comissão terá o prazo de funcionamento de 120 dias, com seu término previsto para o dia 31/8/2000, podendo ser prorrogado por, no máximo, 60 dias. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Rêmo Aloise, Presidente - Luiz Fernando Faria - Ivo José - Elbe Brandão.

#### ATA DA 35ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS

Às quinze horas do dia cinco de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Álvaro Antônio, Wanderley Ávila, e Márcio Cunha (substituindo este ao Deputado Dinis Pinheiro, por indicação da Liderança do PMDB), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Álvaro Antônio, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Wanderley Ávila, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. O Presidente informa que a reunião se destina a obter esclarecimentos sobre os constantes acidentes com trens da Ferrovia Centro-Atlântica S.A., na região Leste de Belo Horizonte. A seguir, a Presidência convida para tomar assento à mesa os Srs. Jacinto Lima de Assis, Gilson Deven, Marcos Mendonça Ribeiro, Ricardo Cândido de Araújo e Fabrício Denes da Rocha Cota, representantes da Ferrovia Centro Atlântica S.A.; Maria do Carmo Fonte Boa Souza, Técnica de Divisão de Indústria Química e Alimentícia da FEAM; Sérgio Messeder de Castro, Presidente da Associação dos Engenheiros Ferroviários; Marlon Marcos Rodrigues, representante do Prefeito Municipal de Sabará; Francisco de Assis Maciel, Presidente da Associação do Bairro São Geraldo; Jader Pinto de Campos Figueiredo, Gerente de Projetos do IBAMA; Totó Teixeira, Presidente da Comissão de Serviços Públicos da Câmara Municipal de Belo Horizonte, e Luiz Carlos Teles de Castro, representante do Ministério Público. Prosseguindo, o Presidente passa a palavra aos expositores, conforme consta nas notas taquigráficas. Participam dos debates todos os Deputados presentes e os membros da Mesa. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares e dos convidados, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 12 de abril de 2000.

Álvaro Antônio, Presidente - Dinis Pinheiro - Bilac Pinto.

#### ATA DA 38ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Às dez horas do dia seis de abril de dois mil, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Ermano Batista, Antônio Júlio, Agostinho Silveira, Doutor Viana, Maria Tereza Lara e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Ermano Batista, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Paulo Piau, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projetos de Lei nºs 895, 896, 897, 904, 918 e 922/2000 - Deputado Ermano Batista; 886, 890, 894, 903, 905, 906, 909 e 917/2000 - Deputado Antônio Júlio; 888, 889, 891, 899 e 910/2000 - Deputado Agostinho Silveira; 908, 915, 919 e 920/2000 - Deputado Bené Guedes; 907, 912, 914 e 921/2000 - Deputada Maria Tereza Lara; 892, 898, 901, 911 e 913/2000 - Deputado Paulo Piau; 887, 893, 900, 902 e 916/2000 - Deputado Irani Barbosa. Passa-se à fase de discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, são aprovados os pareceres que concluem pela constitucionalidade, pela legalidade e pela juridicidade dos Projetos de Lei nºs 718/99 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Ermano Batista); 805/2000 (relatora: Deputada Maria Tereza Lara); 838/2000 (relator: Deputado Agostinho Silveira); 854/2000 com a Emenda nº 1 (relator: Deputado Antônio Júlio) e Projeto de Lei Complementar nº 23/2000 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: Deputado Paulo Piau). O Projeto de Lei nº 830/2000, que recebeu parecer concluindo por sua constitucionalidade, legalidade e juridicidade com as Emendas nºs 1 a 3, teve sua discussão adiada em virtude de pedido de vista deferido pela Presidência. Os Projetos de Lei nºs 843 e 845/2000 e o Projeto de Lei Complementar nº 22/2000 foram retirados de pauta atendendo a requerimentos aprovados

pela Comissão. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Ermano Batisa, Presidente - Agostinho Silveira - Paulo Piau - Antônio Júlio - Maria Tereza Lara.

## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 130ª REUNIÃO ORDINÁRIA, EM 18/4/2000

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Nélzio de Assis para Diretor-Geral do DEOP-MG (Mensagem nº 65/99). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Hérzio Geraldo Bottrel Mansur para Presidente da Fundação de Arte de Ouro Preto - FAOP (Mensagem nº 75/99). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Parecer sobre a indicação, feita pelo Governador do Estado, do nome do Sr. Wilton Braga de Oliveira para Diretor-Geral do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Minas Gerais - IPEM-MG (Mensagem nº 75/99). A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Requerimento nº 740/99, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado ao Secretário da Educação pedido de informações sobre o número de servidores efetivos, especialistas em educação, que se encontram em atividade em regime de 24 horas semanais. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 912/99, do Deputado Iraní Barbosa, em que pede sejam solicitados ao Presidente da CEMIG esclarecimentos a respeito das compras da empresa e do percentual destas realizadas em Minas Gerais, em outros Estados e no exterior, nos últimos 15 anos. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.037/99, do Deputado Sebastião Costa, em que pede sejam solicitadas ao Poder Executivo informações sobre o valor apurado pelo Estado com a venda de créditos tributários em virtude da lei de anistia fiscal. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento com a Emenda nº 1, que apresenta.

Requerimento nº 1.076/2000, do Deputado Amílcar Martins, em que pede seja solicitado ao Secretário da Casa Civil que informe o custo do anúncio veiculado pelo Governo do Estado em várias emissoras para falar sobre o fim da moratória, em 6/2/2000, bem como se o anúncio foi lícitado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

Requerimento nº 1.099/2000, do Deputado Carlos Pimenta, em que pede sejam solicitadas ao Secretário da Fazenda informações sobre as bases da venda da CASEMG e do CEASA-MG ao Governo Federal, no contexto da renegociação da dívida do Estado. A Mesa da Assembléia opina pela aprovação do requerimento.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 786/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar colaboração financeira para os fins que menciona e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nºs 1 a 4, que apresenta. A Comissão de Meio Ambiente opina por sua aprovação com as Emendas nº 1 a 4, apresentadas pela Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira perdeu o prazo para emitir parecer.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 787/2000, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 13.456, de 12/1/2000. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. As Comissões de Agropecuária e de Fiscalização Financeira perderam o prazo para emitir parecer.

Prosseguimento da votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Votação, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 14.329, que cria o Instituto de Terras de Minas Gerais - ITER - e dá outras providências. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto.



Votação, em turno único, do Veto Total à Proposição de Lei nº 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95. A Comissão Especial opina pela rejeição do veto.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 18/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 796/2000, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 40ª reunião ordinária da comissão de Direitos Humanos, a realizar-se às 9h30min do dia 19/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 19/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da comissão Especial da UEMG, a realizar-se às 14h30min do dia 27/4/2000

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir os seguintes convidados: Sras. Hécia Maria da Silva Veriato, Presidente do Diretório Central da UEMG, e Lavinia Rosa Rodrigues, Presidente do SINDUEMG.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Extraordinária da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembléia para as 20 horas do dia 18/4/ 2000, destinada, I - à discussão e votação de pareceres e à votação de requerimentos; e, II - à apreciação dos Projetos de Lei nºs 786/2000, do Governador do Estado, que autoriza o Estado a contratar colaboração financeira para os fins que menciona e dá outras providências; e 787/2000, do Governador do Estado, que altera a redação do art. 2º da Lei nº 13.456, de 12/1/2000, que dispõe sobre a utilização de áreas urbanas ociosas de domínio do Estado para o cultivo de hortas comunitárias; e dos vetos às Proposições de Lei nºs 14.271, que acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 9.532, de 30/12/87, que dispõe sobre a remuneração de cargo de provimento em comissão para fins de apostilamento e aposentadoria; 14.329, que cria o Instituto de Terras do Estado de Minas Gerais e dá outras providências -; e 14.309, que altera dispositivos da Lei nº 11.744, de 16/1/95, que cria o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural - FUNDERUR-; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 17 de abril de 2000.

Anderson Adatao, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da CPI do Narcotráfico

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Paulo Piau, Rogério Correia, Carlos Pimenta, José Henrique, Marco Régis e Sargento Rodrigues, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 18/4/2000, às 16 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir o depoimento do Sr. Laércio Cunha e tratar de assuntos de interesse da Comissão.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2000.

Marcelo Gonçalves, Presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 33/2000

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Cabo Morais, Antônio Carlos Andrada, Márcio Kangussu e Paulo Piau, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 26/4/2000, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de ouvir os seguintes convidados: Cel. Mauro Lúcio Gontijo, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais - PMMG -; Cel. PM QOR Edwaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar; Cel. PM QOR Zeder Gonçalves do Patrocínio, Vice-Presidente da União do Pessoal da Polícia Militar; Srs. Marcelo Leonardo, Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB - Seção Minas Gerais; Márcio Decat de Moura, Procurador-Geral da Justiça; Cel. Jair José Dias, ex-Comandante Geral da Polícia Militar de Minas Gerais.

Sala das Comissões, 17 de abril de 2000.

Antônio Júlio, Presidente.

TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 757/99

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

De autoria do Deputado Mauri Torres, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação Assistencial Creche Dona Maria Rosa, com sede no Município de Santo Antônio do Gramma.

O projeto foi publicado em 17/12/99 e a seguir encaminhado a esta Comissão, à qual compete emitir parecer sobre a matéria, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.972, de 27/7/98, disciplinador do assunto de que trata a proposição, pode ser declarada de utilidade pública estadual a sociedade civil, a associação ou fundação constituída ou em funcionamento no Estado, com o fim exclusivo de servir desinteressadamente à coletividade, desde que comprove: a) possuir personalidade jurídica; b) estar em funcionamento há mais de dois anos; c) não remunerar os cargos de sua direção; e d) serem seus Diretores pessoas reconhecidamente idôneas.

Analisada a documentação que compõe o processo, verifica-se de pronto o inteiro atendimento aos citados requisitos legais, pelo que inferimos inexistir óbice de natureza legal à aprovação do projeto.

Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 757/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Antônio Júlio, Presidente - Ermano Batista, relator - Maria Tereza Lara - Dalmo Ribeiro Silva - Paulo Piau.

Parecer para Turno Único do Projeto de Lei Nº 848/2000

Comissão de Constituição e Justiça

Relatório

O Deputado Anderson Aduato, por meio do Projeto de Lei nº 848/2000, pretende seja declarada de utilidade pública a Associação Recreativa e Cultural a 1ª Bateria de Carneirinho-MG, com sede nesse município.

Após ser publicada, a proposição foi encaminhada a este órgão colegiado para que sobre ela emita parecer, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, III, "a", do Regimento Interno.

Fundamentação

A matéria consubstanciada no projeto está sujeita aos ditames emanados da Lei nº 12.972, de 27/7/98.

Tendo em mente os requisitos ali enumerados e procedendo-se à leitura da documentação que instrui o processo, verificamos que a entidade interessada no agraciamento do título declaratório de utilidade pública cumpriu fielmente as exigências legais para a consecução de tal fim, fato que nos leva a considerar a inexistência de óbice à aprovação do projeto de lei sob comento.

#### Conclusão

Em face do exposto, concluímos pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 848/2000 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Antônio Júlio, Presidente - Ermano Batista, relator - Dalmo Ribeiro Silva - Paulo Piau - Maria Tereza Lara.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 464/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria dos Deputados Paulo Piau e Alberto Pinto Coelho, o projeto de lei em epígrafe dispõe sobre a propaganda e a publicidade promovidas por órgão público e entidade sob controle direto ou indireto do Estado.

O projeto foi distribuído à Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade e apresentou-lhe as Emendas nºs 1 e 2.

A seguir, foi encaminhado à Comissão de Administração Pública, que opinou por sua aprovação com a Emenda nº 1, da Comissão anterior, e as Emendas nºs 3 a 10, por ela apresentadas.

Vem agora a proposição a esta Comissão, para receber parecer nos termos regimentais.

#### Fundamentação

O objetivo da proposição é disciplinar a promoção de propaganda e publicidade por órgão público e entidade sob controle direto ou indireto do Estado. Suas disposições buscam conferir maior transparência às relações entre o poder público e os órgãos de comunicação e maior eficiência na aplicação dos recursos públicos destinados à publicidade oficial.

O projeto é fruto da comissão especial instaurada pela Assembléia Legislativa em 21/9/95 que discutiu com setores ligados à comunicação no Estado os meios para o fortalecimento dessa área em nível estadual, com sua conseqüente contribuição ao desenvolvimento de Minas.

O projeto fixa critérios de transparência e racionalidade para o Governo Estadual na destinação dos recursos que aplica em publicidade, para que seja conciliado o interesse público nos serviços publicitários com o interesse público no desenvolvimento integrado da indústria de comunicação. Estabelece, ainda, critérios de melhoria na difusão da publicidade pública em todo o território mineiro e de transparência nos gastos públicos com publicidade.

A Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, visa ao aprimoramento legal do texto, com o que concordamos.

As Emendas nºs 3 a 10, da Comissão de Administração Pública, têm por objetivo também o aprimoramento técnico da norma, suprimindo preceitos desnecessários ou inadequados do texto e incluindo outros. Elas propõem aumentar a transparência dos gastos com publicidade oficial, estabelecendo um selo obrigatório que informa o valor da campanha, o total da verba empregada, a origem do recurso e a agência responsável. Por fim, propõem alterações na composição da comissão de licitação prevista no art. 6º, excluindo a Associação Mineira de Propaganda e incluindo o Sindicato dos Proprietários de Jornais, Revistas e Similares do Estado de Minas Gerais - SINDJORI-MG -, a Associação Mineira de Rádio e Televisão - AMIRT - e a Associação Mineira dos Representantes de Veículos de Comunicação - AMIRVE .

Do ponto de vista financeiro-orçamentário, a proposição traz benefícios aos cofres públicos, por significar maior controle de gastos.

#### Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 464/99, no 1º turno, com a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça, e as Emendas nºs 3 a 10, da Comissão de Administração Pública, ficando prejudicada a Emenda nº 2, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho, relator - Rêmolo Aloise - Eduardo Hermeto.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de Lei Nº 681/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do Deputado Gil Pereira, o projeto de lei em epígrafe autoriza o fornecimento de medicamentos pela Fundação Ezequiel Dias.

Preliminarmente, a Comissão de Constituição e Justiça conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade da matéria. Posteriormente, a Comissão de Saúde opinou pela aprovação da proposição em sua forma original.

Agora, vem a matéria a esta Comissão para ser analisada nos limites de sua competência.

#### Fundamentação

O projeto de lei em pauta tem por objetivo autorizar a Fundação Ezequiel Dias - FUNED - a fornecer medicamentos às entidades filantrópicas que prestem assistência médica no Estado.

A proposição não acarreta despesas adicionais para os cofres públicos, pois pretende apenas alterar a forma de distribuição dos medicamentos que a FUNED produz. Além de estes

continuarem a ser distribuídos pela Secretaria de Estado da Saúde, cria-se essa outra opção, que poderá, até mesmo, implicar redução dos custos operacionais do Estado, em razão da participação daquelas entidades. Além disso, a matéria tem relevante fim social, agilizando a distribuição dos medicamentos e facilitando o acesso a eles pela população carente.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 681/99, no 1º turno, na forma proposta.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Rêmoló Aloise, relator - Eduardo Hermeto - Olinto Godinho.

Parecer para o 1º Turno do Projeto de RESOLUÇÃO Nº 706/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial, o projeto de resolução em epígrafe tem por objetivo dar cumprimento ao disposto no art. 62, XXXIV, da Constituição do Estado, a saber aprovar previamente alienação de terra devoluta estadual.

A proposição foi acolhida favoravelmente pelas Comissões de Constituição e Justiça e de Política Agropecuária e Industrial. Cabe agora a este órgão colegiado apreciar a matéria, atendo-se aos lindes estabelecidos no art. 102, IX, "e", do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O projeto sob comento trata de aprovar a alienação de porção de terra devoluta rural situada na localidade denominada Fazenda Vitoriosa/São Simão, no Município de Almenara, tendo por beneficiárias Orlinda Gomes do Nascimento e Vitória Régis Nascimento Lima.

De acordo com os autos do processo, instruído pela RURALMINAS, a alienação obedecerá ao disposto no art. 26 da Lei nº 550, de 1949, ou seja, será efetivada mediante compra preferencial.

Dessa forma, evidencia-se que a transferência de domínio do imóvel não acarretará repercussão financeira ou orçamentária aos cofres estaduais.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Resolução nº 706/99 na forma apresentada.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho, relator - Rêmoló Aloise - Eduardo Hermeto.

Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei Nº 461/99

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

#### Relatório

De autoria do Deputado Rogério Correia, o projeto de lei em tela dispõe sobre a inclusão de artigo na Lei nº 12.971, de 27/7/98, que obriga à instalação de dispositivos de segurança nas agências e nos postos de serviços das instituições bancárias e financeiras do Estado.

No 1º turno, foi a matéria aprovada na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Vem agora a esta Comissão para receber parecer no 2º turno. Apresentamos anexa a redação do vencido, que é parte deste parecer.

#### Fundamentação

O projeto em epígrafe busca aperfeiçoar a Lei nº 12.971, de 27/7/98, que obrigou as instituições bancárias e financeiras situadas no Estado de Minas Gerais a instalarem dispositivos de segurança, como porta eletrônica, vidros laminados à prova de bala e circuito interno de televisão, em suas agências e postos de serviços.

Na referida lei, não consta dispositivo legal que estabeleça sanções para os bancos que não cumprirem com essa obrigatoriedade. Este projeto visa criar penalidades de advertência e multa, como forma de garantir o perfeito cumprimento da lei. É estipulada uma multa de 3 mil UFIRs diárias, caso a agência já tenha sofrido pena de advertência. Esse valor corresponde, atualmente, a cerca de R\$3.000,00, que poderão ingressar nos cofres públicos como receita.

O projeto estabelece, ainda, prazo de 60 dias para a regulamentação da lei, período no qual o Poder Executivo definirá como será feita a fiscalização.

#### Conclusão

Em face do exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 461/99, no 2º turno, na forma do vencido no 1º turno.

Sala das Comissões, 13 de abril de 2000.

Márcio Cunha, Presidente - Olinto Godinho, relator - Rêmoló Aloise - Eduardo Hermeto.

PROJETO DE LEI Nº 461/99

Acrescenta artigo à Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - A Lei nº 12.971, de 27 de julho de 1998, fica acrescida dos seguintes arts. 5º e 6º, renumerando-se os demais:

"Art. 5º - O Poder Executivo, por meio do órgão competente, aplicará as seguintes penalidades às instituições que descumprirem o disposto no art. 2º desta lei:

I - advertência, na primeira autuação;

II - multa diária de três mil UFIRs por agência autuada, na segunda autuação.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de 60 dias."

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

## COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

### COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 17/4/2000, a seguinte comunicação:

Do Deputado Sávio Souza Cruz, dando ciência à Casa de que, a partir de 15/4/2000, reassume suas funções de Deputado. (- Ciente. Cópia à Área de Apoio às Comissões e às Lideranças.)

## MATÉRIA ADMINISTRATIVA

### ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 17/4/2000, o Sr. Presidente, nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, que consolida as normas do Regulamento Geral da Secretaria desta Assembléia Legislativa, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 1.645, 1.746, 1.796, 1.798, 1.829, de 1999, 1.834, 1.835, 1.853, de 2000, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

#### Gabinete do Deputado Agostinho Silveira

exonerando, a partir de 31/3/2000, Maurício Alves Peçanha do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Carlos Alberto Dias para o cargo de Secretário de Gabinete I, padrão AL-19, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Djalma Diniz

exonerando, a partir de 17/4/2000, Ozeas de Souza Fernandes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

nomeando Nádia Monteiro do Carmo para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado Gil Pereira

exonerando, a partir de 12/4/2000, Leonardo Pimenta Alkmin do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Márcia Regina Martins da Silva para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.

#### Gabinete do Deputado João Batista de Oliveira

nomeando Arzemar Geraldo de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Mauro Lobo

nomeando Maurilo de Oliveira Pereira para o cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

#### Gabinete do Deputado Miguel Martini

exonerando Brenda Fonseca de Menezes do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

nomeando Vera Lúcia de Melo Reggiani para o cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas.

Gabinete do Deputado Sandoval Coelho

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 7/4/2000, que nomeou Nair Antonieta Coutinho Maurício Pinto, para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete II, padrão AL-31, 4 horas;

tornando sem efeito o ato publicado no "Diário do Legislativo", edição de 7/4/2000, que nomeou Maria Vitória Coutinho Maurício Coelho, para o cargo de Assistente Técnico de Gabinete I, padrão AL-30, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Alberto Nunes Mourão Neto do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 4 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Ana Cristina Caribé Maurício do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Eurico de Sousa Tibo do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Georgea Cangussu Coelho do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Gleyton Gomes Rossi do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Marco Antonio Teles do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Maria Bernadete Starling de Carvalho do cargo de Auxiliar de Serviços de Gabinete I, padrão AL-11, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Maria do Carmo Viana do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Maria Dolôres Coelho Souza do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Moysez Candini do cargo de Secretário de Gabinete, padrão AL-18, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Redson Araújo de Azevedo do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Suzana Galery dos Santos do cargo de Atendente de Gabinete II, padrão AL-07, 4 horas.

Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz

exonerando, a partir de 15/4/2000, Eraldo Firmino de Castro do cargo de Técnico Executivo Gabinete II, padrão AL-41, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Genilton Nonato Martins do cargo de Supervisor de Gabinete I, padrão AL-26, 8 horas;

exonerando, a partir de 15/4/2000, Vicentino Galdino Quirino do cargo de Motorista, padrão AL-10, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Leis nºs 9.384, de 18/12/86, 9.437, de 22/10/87, e 9.748, de 22/12/88, as Deliberações da Mesa nºs 400, de 22/11/89, 434, de 9/4/90, 845, de 11/3/93, 1.189, de 22/2/95, 1.360, de 17/12/96, 1.389, de 6/2/97, 1.418, de 12/3/97, 1.429, de 23/4/97, 1.522, de 4/3/98, 1.784, de 29/9/99, e 1.821, de 2/12/99, e a Resolução nº 5.105, de 26/9/91, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal da mesma Secretaria:

exonerando Arzemar Geraldo de Oliveira do cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado João Batista de Oliveira, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial;

nomeando Janaína Costa de Araújo para o cargo de Assistente Administrativo, padrão AL-20, código AL-EX-01, com exercício no gabinete do Deputado Dimas Rodrigues, Presidente da Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial.

Nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91; 5.130, de 4/5/93; 5.179, de 23/12/97, e as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93; 1.509, de 7/1/98; e 1.576, de 15/12/98, assinou o seguinte ato:

nomeando Kênia Maria Scarpelli Rodrigues Martins para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Auxiliar de Serviços de Gabinete II, padrão AL-12, 8 horas.

Nos termos da Deliberação da Mesa nº 269, de 4/5/83, c/c as Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.102, de 3/7/91, 5.105, de 26/9/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, as Deliberações da Mesa nºs 867, de 13/5/93, e 1.509, de 7/1/98, observada a estrutura estabelecida pela Deliberação da Mesa nº 1.853, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão e de recrutamento amplo:

dispensando, a partir de 15/4/2000, Maris Stella Coelho do cargo de Técnico Executivo de Gabinete, padrão AL-39, 8 horas, do Grupo Específico de Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar da mesma Secretaria, com exercício no Gabinete do Deputado Sandoval Coelho.

RESULTADO DE JULGAMENTO De licitação

Convite nº 14/2000 - Objeto: aquisição de materiais de informática. Licitantes vencedoras: Procedata Informática Ltda. (subitens 1.1, 1.2, 1.4 e 1.6), Ata Comercial Imp. e Exp. Ltda. (subitem 1.7), Microtécnica Informática Ltda. (subitem 1.8), CCS Informática Ltda. (1.3 e 1.9) e Deltatronic Com. e Rep. Ltda. (subitem 1.5). Licitantes desclassificadas: CCS Informática Ltda. (subitem 1.6) e Spassos Informática Ltda. (subitem 1.9).

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Lyria Vaz de Oliveira dos Santos. Objeto: prestação de serviços de repórter de rádio para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Marília Rodrigues Prates. Objeto: prestação de serviços de repórter de rádio para a TVA. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Samuelito Capuchinho Mares. Objeto: prestação de serviços de repórter de rádio para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Luciane Moraes Amaral. Objeto: prestação de serviços de editor de texto para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Túlio César Fineli de Souza. Objeto: prestação de serviços de operador de áudio e locução para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Tatiana Nogueira Maia. Objeto: prestação de serviços de produtora para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Elba Maria Ferreira Alves. Objeto: prestação de serviços de repórter para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Edson Flávio Campos Francisquini. Objeto: prestação de serviços de produtor para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Maria Leticia Renaut Carneiro de Abreu. Objeto: prestação de serviços de repórter para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Adriana Helena Soares. Objeto: prestação de serviços de coordenadora de produção para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais Contratado: Pedro Matias Neto. Objeto: prestação de serviços de operador de áudio para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: José Roberto Amaral Cardoso. Objeto: prestação de serviços de repórter de rádio para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: André de Souza Werlang. Objeto: prestação de serviços de repórter para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

TERMO DE CONTRATO

Contratante: Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Romero Perpétuo Marcelino. Objeto: prestação de serviços de operador de caracteres para a TVA. Dotação orçamentária: 3.1.3.2. Vigência: 17/3/2000 a 16/6/2000 ou até o término da Concorrência nº 1/99. Licitação: dispensa, de acordo com o art. 24, II, da Lei nº 8.666, de 1993.

RESULTADO DE JULGAMENTOS DE LICITAÇÕES

Convite nº 18/2000 - Confeção e instalação de mesas, bancada para cabine de som, tablado, balcão para formulários e racks - Licitantes vencedoras: Diviplan Forros e Divisórias Planejadas Ltda. (subitens 1.1, 1.3, 1.4 e 1.5, 1.7) e Marcenaria e Carpintaria Franluc Ltda. (subitens 1.2 e 1.6) Licitante desclassificada: Diviplan Forros e Divisórias Planejadas Ltda. (subitem 1.2) por descumprir o subitem 3.5 do instrumento convocatório (apresentação de amostra).

Convite nº 26/2000 - Aquisição de 600 condecorações da Medalha Comemorativa dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil - Licitante vencedora: Indústria de Distintivos Randal Ltda.

ERRATA

Na publicação com o título em epígrafe verificada na edição de 7/4/2000, na pág. 30, col. 3, no décimo parágrafo, onde se lê:

"Sebastião Imar Martinez Riera", leia-se:

"Sebastião Imar Martins Riêra".